



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



ASSESSORIA JURÍDICA PARECER N.º 040/2019

CONTRATAÇÃO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC. DISPENSA DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE: ARTIGO 24, XIII DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93.

O Sr. Secretário da Administração encaminhou a esta Assessoria, em 08/03/2019, os Autos do Processo 026/2019, indagando sobre a viabilidade de contratação do Serviço Social do Comércio – SESC, para apresentação musical de “OS FAGUNDES”, a se realizar no dia 16 de março às 21 horas, na Praça do Bairro Jardim como parte da programação do aniversário do município. Requer a análise da possibilidade de contratação com dispensa de licitação.

A Assessoria Jurídica do Município, com base na documentação juntada aos Autos, e na legislação em vigor passa a análise da questão.

Inicialmente de salientar que o Serviço Social do Comércio – SESC é uma instituição privada de assistência social, sem fins lucrativos, criada pela Confederação Nacional do Comércio - CNC, nos termos do Decreto-lei nº 9853/46 e Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.836/67 e criado pelo Decreto-Lei Nº 8.621/46.

Isto é assim porque os Serviços Sociais Autônomos são entidades paraestatais, sem finalidade lucrativa, criadas por lei. Trabalham ao lado do Estado, e como desempenham tarefas consideradas de relevante interesse, recebem a oficialização do Poder Público, que lhes fornece a autorização legal para que arrecadem de forma compulsória recursos de parcela da sociedade e deles se utilizem para a manutenção de suas atividades: as denominadas contribuições parafiscais.



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



Com efeito, é possível, com arrimo no disposto no artigo 24, XIII da Lei Federal N° 8.666/93, a contratação com dispensa de licitação, desde que justificado o ato e que o valor a ser contratado seja o de mercado.

Sobre a questão, a seguinte manifestação jurisprudencial:

LICITAÇÃO. DISPENSA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO SENAC, INSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA, ENSINO E DESENVOLVIMENTO, DE INQUESTIONÁVEL REPUTAÇÃO ÉTICO-PROFISSIONAL, SEM FINS LUCRATIVOS - CF, ART. 37, XXXI E LEI 8666/93, ART. 24, XIII.

Dispensa que fica a critério da Administração, justificado o ato. Ação popular improcedente. Inexistência de lesividade ou de ilegalidade na dispensa. Recurso não provido. Ação popular apenas, com a mesma finalidade, promovida por outro eleitor que, entretanto, não forneceu as peças necessárias às citações. Processo extinto, sem exame do mérito, nos termos do disposto no art. 267, IV e V, do CPC. Decisão mantida. Recurso não provido. (Apelação Cível N.º 9085837-60.2006.8.26.0000 da 10.ª Câmara de Direito Público do TJSP, Rel. Des. Urbano Ruiz, j. 26.09.2011, p. DJ 30.09.2011)

É de ser considerado que a proposta para contratação direta é de R\$13.860,00, ou seja, superior a contratação via SESC que é de R\$12.500,00.

Acompanha os Autos também, o Memorando Interno nº SE 295/2019 da Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto o qual requer a contratação do artista supracitado.

Adveio aos autos dotação orçamentária e as devidas negativas fazendárias e judiciais.

Sendo assim, esta Assessoria opina pela formalização do processo de dispensa de licitação, considerando as informações contidas nos Autos.

S.M.J, é o parecer que encaminhamos para consideração superior.

Ibirubá-RS, 11 de março de 2019

Fábio de Oliveira Cocco
Assessor Jurídico
OAB/RS 73.189